

24 8
47
Sabon

CRITÉRIOS PARA A PONDERAÇÃO CURRICULAR E RESPECTIVA VALORAÇÃO

Considerando que nas situações legalmente previstas em que não seja possível proceder à avaliação do desempenho dos trabalhadores estes podem requerer a sua avaliação anual, que se traduz na ponderação do currículo, conforme disposto no n.º 7 do artigo 42.º e no n.º 1 do artigo 43.º, ambos da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, a realizar de acordo com os critérios previamente aprovados pelo CCA.

Considerando que o Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro, veio estabelecer critérios uniformes para todos os serviços da Administração Pública no que se refere à avaliação por ponderação curricular, quando haja lugar a este mecanismo.

Assim, o Conselho Coordenador de Avaliação aprovou a adaptação dos critérios fixados pelo Despacho Normativo, a aplicar em todas as situações em que se deva proceder a avaliação por ponderação curricular dos trabalhadores do IMT:

1. Elementos de ponderação curricular

1.1. Na realização da ponderação curricular são considerados, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- a) As habilitações académicas e profissionais (HAP)
- b) A experiência profissional (EP)
- c) A valorização curricular (VC)
- d) Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social (ECF)

1.2. Cada um dos elementos é avaliado com uma pontuação de 1, 3 ou 5.

2. Avaliação final da Ponderação Curricular (PC)

2.1. A Avaliação Final da Ponderação Curricular é o resultado da média ponderada das pontuações obtidas em cada um dos elementos avaliados e é expressa de 1 (um) a 5 (cinco) valores. As ponderações são as seguintes:

- a) Habilitações académicas e profissionais (HAP) – 10%
- b) Experiência profissional (EP) – 55%
- c) Valorização curricular (VC) – 20%
- d) Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social (ECF) – 15%

$$PC = 0,10 \cdot HAP + 0,55 \cdot EP + 0,20 \cdot VC + 0,15 \cdot ECF$$

2.2. Nas situações em que o elemento ECF seja valorado com 1 ponto, a ponderação deste parâmetro passa a ser de 10%, e o elemento “experiência profissional” passa a ter a ponderação de 60% (n.º 4 do art.º 9.º do referido despacho normativo), e passa a usar-se a seguinte fórmula:

Se EFC = 1

$$PC = 0,10 \cdot HAP + 0,60 \cdot EP + 0,20 \cdot VC + 0,10 \cdot ECF$$

2.3. Expressão Qualitativa da Avaliação Final:

Desempenho relevante	de 4 a 5
Desempenho adequado	de 2 a 3,999
Desempenho inadequado	de 1 a 1,999

3. Habilitações académicas e profissionais (HAP):

- 3.1. Entende-se por **habilitação académica** apenas a habilitação que corresponda a grau académico (**bacharel, licenciado, mestre e doutor**) ou que a este seja equiparada (**1.º, 2.º e 3.º ciclo da escolaridade obrigatória**). Não se considera grau académico: pós-graduação, MBA, e outros de natureza idêntica;
- 3.2. Entende-se por **habilitação profissional** a habilitação que corresponda a **curso** legalmente assim considerado ou equiparado;
- 3.3. Na valoração das habilitações académicas e ou das habilitações profissionais são consideradas as habilitações **legalmente exigíveis à data da integração do trabalhador na respetiva carreira**.
- 3.4. Este elemento será valorado do seguinte modo:

Handwritten notes in blue ink: "9", "y", "Cabele", and "2".

HAP	Pontuação
Titularidade de habilitação legalmente exigida à data de integração na carreira	5
Titularidade de habilitação inferior à legalmente exigida à data de integração na carreira	3

4. Experiência Profissional (EP):

- 4.1. A experiência profissional pondera e valora o desempenho de funções ou atividades no ano a que se refere a avaliação;
- 4.2. A experiência profissional é declarada pelo requerente, com descrição das funções exercidas e indicação das ações ou projetos de relevante interesse, desde que devidamente confirmadas pela entidade onde foram exercidos os cargos, funções e/ou atividades;
- 4.3. São consideradas ações ou projetos de relevante interesse designadamente:
 - 4.3.1. Participação em grupos de trabalho;
 - 4.3.2. Participação em estudos ou projetos;
 - 4.3.3. Atividade de formador;
 - 4.3.4. Atividade de orador em conferências, seminários, palestras, entre outras atividades de idêntica natureza.
- 4.4. A EP é avaliada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$EP = \frac{2A + B + C}{4}$$

4

Sendo que:

		Pontuação
A	Funções exercidas em áreas que se enquadrem no âmbito das atribuições do IMT	5
	Funções exercidas em áreas que não se enquadram no âmbito das atribuições do IMT, mas de reconhecido interesse público ou relevante interesse social	3
	Funções exercidas em áreas que não se enquadram no âmbito das atribuições do IMT sem reconhecido interesse público ou relevante interesse social	1

		Pontuação
B	Coordenação de grupos de trabalho, estudos ou projetos	5
	Participação em grupos de trabalho, estudos ou projetos	3
	Não participação em grupos de trabalho, estudos ou projetos	1

		Pontuação
C*	Atividade de formador superior ou igual a 30 horas	5
	Atividade de orador em mais do que um evento	5
	Atividade de formador inferior a 30 horas	3
	Atividade de orador em um evento	3
	Não exercício da atividade de formador/orador	1

* Só pode escolher uma opção; caso ocorram várias situações atribui-se a pontuação mais favorável.

5. Valorização Curricular (VC):

5.1. Na valorização curricular é considerada a participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários, oficinas de trabalho (workshops), cursos, conferências, palestras, encontros, jornadas e colóquios **em áreas relevantes para o IMT e realizadas nos últimos cinco anos** (por ex.: se estamos a avaliar 2012, conta a formação desde 01/01/2008 a 31/12/2012);

5.2. Este elemento será valorado do seguinte modo:

VC	Pontuação
Participação em ações de formação nos últimos 5 anos com duração total igual ou superior a 150 horas, e/ou posse de pós-graduação, MBA, curso de especialização, ou posse de habilitação académica superior à legalmente exigida	5
Participação em ações de formação nos últimos 5 anos com duração total inferior a 150 horas e igual ou superior a 60 horas	3
Participação em ações de formação nos últimos 5 anos com duração total inferior a 60 horas	1

No caso da declaração de participação na ação de formação não ser expressa em horas, o apuramento será efetuado da seguinte forma:

- 1 dia = 6 horas
- 1 semana (5 dias) = 30 horas
- 1 mês (22 dias) = 120 horas

Handwritten notes:
24
9
Ant
un
Folha

6. Exercício de Cargos Dirigentes/Chefias/Coordenação ou outras funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social – ECF

6.1. Neste fator é considerado o exercício de cargos dirigentes entendendo-se como cargo dirigente os cargos de gestor público, de direção superior e intermédia ou outros cargos equiparados a cargos de direção superior e intermédia de 1.º e 2.º grau. É ainda considerado o exercício de outros cargos ou funções de relevante interesse público, como titular de órgão de soberania, de outros cargos políticos, exercício de cargos ou funções em gabinetes de apoio aos membros do Governo ou equiparados, de apoio aos titulares dos demais órgãos de soberania ou de apoio dos órgãos das regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, ou de relevante interesse social, como atividade de dirigente sindical e/ou de cargos e funções em associações públicas ou instituições particulares de solidariedade social (IPSS);

6.2. A valoração é feita nos seguintes termos:

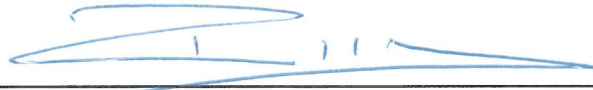
ECF	Pontuação
Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de relevante interesse público ou relevante interesse social por um período igual ou superior a 6 anos, ainda que interpolados	5
Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de relevante interesse público ou relevante interesse social por um período inferior a 6 anos, ainda que interpolados	3
Sem exercício de cargos dirigentes ou funções de relevante interesse público ou relevante interesse social	1

7. Todos os elementos devem ser declarados no respetivo currículo e **demonstrados** através de documentos comprovativos com a indicação do período temporal e demais informações consideradas importantes.

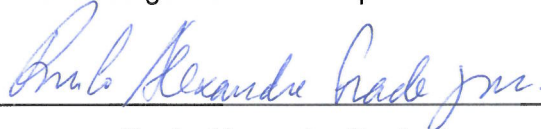
- 8. Diferenciação de desempenho:** as avaliações resultantes da ponderação terão de respeitar as regras relativas à diferenciação de desempenhos: percentagem de 25% para as avaliações finais qualitativas de Desempenho Relevante e, de entre estas, 5% do total dos trabalhadores para o reconhecimento de Desempenho Excelente (n.º 3 do artigo 43.º e art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro).

Aprovados em reunião de CCA em 4 de dezembro de 2015

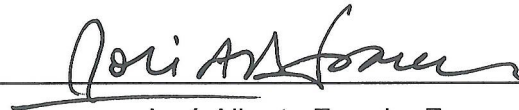
Os membros do CCA



Paulo Jorge Marcelino Baptista de Andrade



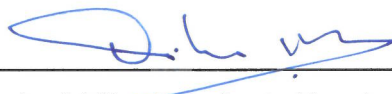
Paulo Alexandre Frade Jara



José Alberto Ferreira Franco



Maria de Fátima Almeida Costa Justino Abreu



José Vítor Rebelo do Nascimento